

# ACESSO À UNIVERSIDADE - uma questão política e um problema metodológico\*

Maria Aparecida Ciavatta Franco\*\*

## A - INTRODUÇÃO

A questão do acesso à universidade torna-se, na maior parte das vezes, ou uma discussão técnica onde predominam as considerações sobre os mecanismos do processo seletivo, as provas e testes, ou constitui-se de estudos sobre a influência da origem sócio-econômica dos candidatos nos níveis de desempenho no vestibular. A ampliação da discussão se faz, em geral, em torno das repercussões do concurso vestibular no 2º grau e da capacidade preditiva do vestibular para o desempenho dos estudantes a nível do 3º grau.

Uma minoria de estudos específicos sobre a questão do acesso à universidade, natureza e função do vestibular esboça a preocupação com os aspectos culturais e políticos. No entanto, ao lado dos problemas técnicos de mensuração e avaliação, cabe levantar a pergunta por que o concurso vestibular se tornou, em nossa época, uma preocupação fundamental na vida estudantil, principalmente nas camadas urbanas? Que sociedade somos nós, se 98% dos estudantes de 2º grau declaram que pretendem continuar seus estudos em um curso superior? (Castro, 1981).

De, aproximadamente, quarenta títulos consultados para este tema, poucos discutem porque, a partir do final dos anos 60, o Estado brasileiro se empenhou em uma ostensiva política de expansão do ensino superior. E um número mais reduzido ainda, indaga porque a busca de um diploma tem raízes tão fortes em nossa sociedade.

Não obstante o tratamento que tem recebido, o concurso vestibular não é uma questão simples. Sua complexidade advém, primeiro, do fato de ser um instrumento privilegiado de ação política do Estado. Segundo, através de medidas e técnicas de avaliação e computação, que têm se sofisticado ao longo dos anos, o vestibular constitui um formidável arcabouço tecnológico nem sempre ao alcance da compreensão do homem comum.

---

\* Com a colaboração de Ana Olga L. de B. Barreto e Helena M. Filgueiras.

\*\* Do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense.

Este primeiro texto, que abre a série de temas aqui apresentados, tem por objetivo situar o leitor quanto ao quadro de referências que presidiu a organização deste estudo do estado do conhecimento do vestibular e, de modo particular, o tratamento da questão do acesso à universidade. Em segundo lugar, visa a apresentar as diferentes abordagens que a questão recebeu por parte dos pesquisadores, especialistas e membros dos órgãos governamentais que trataram da questão.<sup>1</sup>

## 1. De que realidade estamos tratando

O ensino superior é, tradicionalmente, no país, o *locus* privilegiado de formação das elites. O atual concurso vestibular que dá acesso à universidade e que hoje lida com grandes contingentes de jovens, presumivelmente das camadas médias, tem uma história que lhe dá sentido e razão de ser.

A opção de privilegiar os aspectos históricos no tratamento da questão surge da necessidade de compreender o sentido das mudanças nos mecanismos de acesso ao ensino superior desde os "exames preparatórios" no final do século passado até os atuais concursos vestibulares. Surge como uma exigência do próprio conceito de realidade que informa este estudo.

Segue-se que o vestibular, no sentido que lhe damos, não existe apenas em sua manifestação empírica, imediatamente observável, inclusive através de seus efeitos. Não se trata de um conjunto de fatos isolados, mas de uma totalidade hierarquizada e articulada que envolve também os processos que geraram esses fatos e as relações histórico-sociais que os produziram. O próprio conceito de fato é determinado pela concepção de realidade social como uma totalidade. É neste sentido que um fato é histórico (Kosik, 1976: 9-54). É neste sentido, também, que o problema do vestibular extrapola as dimensões imediatas dos mecanismos técnico-metodológicos e ganha sentido e compreensão quando visto no conjunto das práticas sociais que o geraram e desenvolveram (Frigotto, 1980).

Justamente porque o real é um todo estruturado que se desenvolve e se cria, o conhecimento de uma determinada realidade vem a ser o conhecimento do lugar que os fatos, processos e relações ocupam na totalidade desse real. Assim, também, o conhecimento histórico que se possa ter supõe sempre um sujeito que conhece. Conhecer que se realiza não como uma atividade neutra, isenta de escolhas e de valoração, mas como um ato de apropriação teórica, isto é, de crítica, interpretação e avaliação dos fatos, de uma atividade claramente seletiva.

Esta questão nos remete a outra que lhe é correlata, a questão da objetividade na produção da ciência. A atividade de pesquisa nas ciências sociais, de modo distinto das ciências naturais, está mais exposta ao condicionamento das visões de mundo hegemônicas das classes dominantes. Sendo os interesses dessas classes antagônicas aos das classes subalternas, o pesquisador pode conceber as relações de classe existentes como perfeitamente "naturais" ou procurar historicizá-las (Lowy, 1978). Ao mostrar o caráter histórico e, conseqüentemente, provisório das relações sociais, sua visão de mundo e de realidade se dão de modo a buscar revelar o real na sua totalidade e nas suas contradições.

De modo diverso, ao conceber as relações sociais como "naturais", caracteriza-se uma concepção de ciência positiva onde o pesquisador se arroga a posição de um observador neutro, objetivo, separado dos fenômenos. Trata-se de uma neutralidade aparente. Na medida em que o pesquisador concebe a sociedade concretamente existente como uma sociedade "natural", seu engajamento define-se pela aceitação implícita da situação existente ou por re-arranjos dentro do mesmo modelo de sociedade (Cardoso, 1981).

Neste sentido, uma concepção de ciência neutra, objetiva, "não-ideológica", que exclua a questão da subjetividade e do ponto de vista de classe do pesquisador, cumpre uma função ideologizante, ao não se indagar sobre a origem dos problemas, ao omitir a visão de sua totalidade e as contradições concretas, historicamente produzidas pela estrutura econômico-social e política.

---

<sup>1</sup> Foram localizados e consultados para o tema 28 artigos, 4 boletins e documentos internos das instituições organizadoras do vestibular, 6 apresentações em congressos e seminários realizados no Brasil e no exterior, 1 pesquisa, 1 dissertação de mestrado e 2 capítulos de livros.

## 2. O vestibular: uma prática de seletividade social<sup>2</sup>

Outro aspecto cabe, aqui, ser abordado como parte do quadro de referências sob o qual tratamos o problema do acesso à universidade. O vestibular não é a única nem, talvez, a mais importante barreira da seleção efetuada pela escola.

A persistência do caráter altamente seletivo do sistema educacional no Brasil vem, desde a década de 60, e de modo crescente nos últimos anos, chamando a atenção de pesquisadores que procuram refinar suas abordagens teórico-metodológicas com o objetivo de identificar as causas do fenômeno.

É preciso ter presente, entretanto, que o próprio processo de seletividade não permanece inalterado. Pelo contrário, com a emergência de novas classes e grupos sociais, com a perda ou conquista de poder político e econômico ao longo do processo histórico, alteram-se as condições de existência da população, assim como as inter-relações entre a sociedade e a educação.

Assim, de uma perspectiva da estrutura macro-econômico-social, torna-se bastante compreensível o quadro desolador em termos de oferta de instrução à população em geral que perdurou ao longo do período colonial e ao tempo do Brasil Império. A literatura existente encontra na organização sócio-econômica, política e cultural dos períodos mencionados as causas de uma educação institucionalizada acessível apenas aos filhos dos senhores de terra e ao clero, contribuindo para manter a distância entre as elites e as demais camadas sociais (Paiva, 1973).

No período republicano, principalmente a partir da década de 20, alterações mais ou menos profundas na sociedade brasileira tiveram repercussões no sentido da passagem de um modelo predominantemente rural e agrário para um modelo urbano-industrial. Este processo crescente de urbanização e industrialização vai, aos poucos, modificar as condições de oferta e demanda de escolarização para as classes médias emergentes, num primeiro momento, e, em seguida, para as classes trabalhadoras.

Suas aspirações educacionais vêm encontrando, no entanto, barreiras, para muitos intransponíveis, que podem ser detectadas em diferentes pontos críticos do sistema educacional. O primeiro deles situa-se ao nível da educação básica. De fato, os dados disponíveis indicam que, como conseqüência das condições estruturais da sociedade brasileira, uma grande parte da população escolarizável, isto é, da faixa etária compreendida entre 7 e 14 anos não está sendo atendida pela escola.

Em 1976, segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD), 33%, ou seja, aproximadamente 7 milhões de crianças em idade escolar não estavam matriculadas na escola. Sabe-se, ainda, que a situação de exclusão do sistema pode decorrer ou da falta de acesso por inexistência de vaga ou em razão de evasão, freqüentemente após algumas repetições na 1ª série do 1º grau (Brandão *et al.*, 1983).

Comparando dados sobre o problema da seletividade ao longo de todo o curso da escolarização em dois períodos de aproximadamente 10 anos (1942-53 e 1961-72), Mello observa que, em 1.000 alunos, "enquanto a matrícula na 2ª série primária praticamente não mudou, a matrícula na 1ª série do ensino superior quintuplicou nesses anos. Ou seja, para pouco mais de 400 alunos que sobreviveram ao 1º ano de escola, aumentou em cinco vezes a probabilidade de chegar à faculdade. Esta é a face amarga da democratização de nosso ensino, pois sempre haverá uma pergunta anterior a responder: que destino tiveram os outros quase 600?" (Mello, 1981: 18)<sup>3</sup>

<sup>2</sup> Nesta seção agradecemos à colaboração da Prof<sup>ca</sup> Anna Maria B. Baeta.

Coortes	Primário		Ginásio	Colégio	Superior
	1ª série	2ª série	1ª série	2ª série	1ª série
1942-53	1000	404	71	34	10
1961-72	1000	446	152	96	56

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1977:228. *Apud* Mello, 1981:18.

Mello e Souza mostra que “dos 12.755 indivíduos de uma amostra de homens com idade variando de 20 a 40 anos e que poderiam efetuar ou não a primeira transição (completar a 1ª série primária), apenas 35% deles chegaram a se habilitar a passar pela última transição, isto é, chegar ao ensino superior” (Mello e Souza, 1984).

O que se constata é que os pontos de estrangulamento do sistema podem ser identificados não só no início do primário, mas também do ginásio, do colégio e do ensino superior. Fica, assim, evidente que o acesso a um novo patamar não é garantia de prosseguimento até o seguinte.

Mas a questão da seletividade social não se esgota nos mecanismos de exclusão do sistema escolar ou de acesso aos seus níveis mais elevados. Se assim fosse, a formidável expansão do ensino superior a partir dos anos 60, mas, principalmente, na década de 70, teria contribuído efetivamente para mudanças no sentido da “igualdade de oportunidades educacionais” e de equidade social.

O diploma de ensino superior, particularmente nas áreas tradicionais e mais prestigiadas, Medicina, Direito e Engenharia, tem sido, no Brasil, apanágio das elites e aspirações de quantos desejassem ascender socialmente (Azevedo, 1963: 742).

A expansão do sistema escolar vem se processando controlada pelo Estado, mais com vistas ao atendimento das pressões do momento do que a propósito de uma política nacional de educação do povo (Mendes, 1983). Esse processo adquiriu contornos nítidos com “a questão dos excedentes” que motivou o início de um processo de modificações substantivas no concurso vestibular. A instituição do vestibular classificatório (1971) e as medidas de política social e de política educacional na facilitação da abertura de novos cursos e ampliação das instituições existentes, cumpriram, ao longo dos anos 70, funções políticas de legitimação do sistema econômico-social mais amplo.<sup>4</sup>

Nos anos 60 e 70, o Governo impôs uma política rígida de controle dos níveis salariais e promoveu a expansão e internacionalização da economia. Ao mesmo tempo, sugeriu, através de uma política de desenvolvimento econômico e de investimento em educação, que o caminho para a ascensão social estava na obtenção de níveis cada vez mais altos de escolaridade. Essa política foi implementada através da expansão do número de vagas no ensino superior público e, principalmente, no particular. A evolução das matrículas no período 1960-1973 alcançou um índice de crescimento de 797,5%. A oferta de vagas passou da média de 281 vagas oferecidos por estabelecimento, em 1970, para 467 em 1979, o que dá um crescimento total de 66%. Observando-se os índices de matrícula por dependência administrativa, no período 1960-1972, para um crescimento global de 540,8% nas universidades, encontramos 484,7% nas públicas e 718,4% nas privadas. Os estabelecimentos isolados, particulares na maioria, alcançaram um índice de 1.083,4% no mesmo período (MEC/SESu, 1980:1).

Algumas tendências são apontadas como revelantes para o entendimento da forma como tal expansão vinha se dando. O acesso ao ensino superior se mostrava possível, predominantemente, para os estratos médios e altos da população, permanecendo os estratos inferiores sub-representados. Em pesquisa realizada em São Paulo, em 1967-68, Aparecida Joly Gouveia nota que “os estudantes que ingressam em curso superior constituem um grupo ainda mais selecionado que o constituído por aqueles que chegam à última série de um curso de nível médio” (Gouveia, 1968: 235).

O caráter seletivo do vestibular é apontado quando a autora assinala que, mesmo levando em consideração que a população escolar que atingia o antigo colegial já era bastante selecionada, parte dos possíveis candidatos ao vestibular não se sentiriam em condições de arcar com custos diretos e indiretos de uma nova etapa. Adianta, ainda, como provável que “a seleção intelectual, visada nas provas vestibulares, resulte em seleção social” (Idem: 236).

Com base nos dados analisados, Gouveia conclui que não se terá conseguido a demo-

<sup>4</sup> Sobre a questão das causas e conseqüências da expansão do ensino superior, veja-se, entre outros, Cunha, 1975; Paiva, 1980.

cratização “mesmo quando possam as camadas menos favorecidas freqüentar cursos superiores, enquanto os filhos de industriais se concentrarem em faculdades de Medicina, Arquitetura e Engenharia, e os filhos de operários em curso de Economia e Direito de segunda categoria” (Idem: 244).

Outro aspecto apontado refere-se ao fato de que a expansão estava ocorrendo sobremaneira pela expansão de escolas isoladas, freqüentemente sem recursos pedagógicos, como bibliotecas, laboratórios, sem professores competentes, sem tradição de ensino e pesquisa, prognóstico de condições inferiores para a formação de nível superior (Teixeira, 1968).

Como veremos adiante, a partir da análise da origem familiar e do padrão de desempenho dos candidatos ao vestibular, observa-se uma relativa expansão das bases onde se situam os extratos médios baixos e uma reelitização interna na distribuição desses candidatos pelas carreiras, principalmente as que gozam de maior prestígio social (Ribeiro e Klein, 1972)<sup>5</sup>.

Em resumo, estas reflexões introdutórias constituem o quadro de referências sob o qual deverá ser examinado o material publicado, objeto de análise neste trabalho, o que significa, primeiro, a consideração da realidade abrangente e complexa, onde se inserem os concursos vestibulares, e, segundo, dos mecanismos de seletividade social que permeiam todo sistema econômico-político-social e educacional e definem as possibilidades e os limites do acesso ao ensino superior.

## B – TEMAS E ABORDAGENS

Iniciamos, aqui, a apresentação dos temas abordados pelos diferentes autores que, no período subsequente à implantação da Reforma Universitária, e até um pouco antes, escreveram sobre a questão do acesso ao ensino superior e sobre outras que lhe são correlatas. Parece-nos oportuno explicitar que, ao contrário do que o título possa sugerir, não consideramos os temas e as abordagens como objetos distintos, separados. Antes, o tema, ao se constituir em um determinado tipo de conhecimento, já traz implícita a abordagem, a postura, a metodologia que o gerou.

Segundo Cardoso (1977), a construção do objeto científico não se separa do método. Não há o “método científico” como o faz crer a epistemologia cartesiana, que reduz o método a um conjunto de regras que por si só devem garantir a obtenção do resultado desejado.

A ciência contemporânea apresenta a questão de forma bem mais complexa e conduz a uma reflexão crítica no interior do próprio método. Supõe, assim, um retorno do método sobre si mesmo, questionando os fundamentos teóricos sobre os quais ele se baseia e definindo os critérios de sua cientificidade.

Neste contexto de pensamento, a experiência perde o sentido de simples dado observado, para ser concebida como resultado da relação que se desenvolve entre o sujeito que pesquisa e o objeto pesquisado. A experiência é, pois, o objeto real conhecido sobre o prisma de uma teoria. Como resultado desse exercício metódico fica construído o objeto do conhecimento, o objeto científico, que supõe, sempre, um sujeito que conhece (Cardoso, 1976 e 1977).

Assumimos esse ponto de vista ao organizar os temas e as questões não apenas pelo seu conteúdo ou, então, pela sua metodologia, mas, sim, pelas implicações recíprocas desses dois polos complementares de uma mesma realidade, o conhecimento produzido.

Entendemos que o enfoque dado ao tratamento de determinada questão traz, implícita ou explicitamente, a postura teórica e o compromisso ideológico que anima o expo-

---

<sup>5</sup> A análise desta questão adquire toda sua complexidade se levamos em conta as exigências de escolarização determinadas pela expansão do capitalismo nas últimas décadas e os mecanismos de legitimação do Estado autoritário implantado a partir de 64. Ver Paiva, 1982.

sitor. A ciência neutra é um mito, uma ilusão, não porque os fatos estudados sejam de *per se* necessariamente políticos, o que soaria estranho no mundo dos fenômenos físicos e naturais. Mas porque seu conhecimento envolve um sujeito que conhece e esse está sempre relacionado a uma realidade, a uma determinada concepção de mundo.

Três são os temas principais que identificamos nos trabalhos selecionados sobre a questão do acesso à universidade, a natureza e função do vestibular: a preocupação com o aperfeiçoamento do concurso vestibular, o problema das vagas no ensino superior e a questão da democratização do ensino através do acesso à universidade.

Os limites de exposição dos trabalhos analisados, a maior parte deles na forma concisa de artigos, não nos permite ousar classificá-los segundo o enfoque teórico-metodológico no sentido estrito, mesmo porque poucos explicitam esse aspecto. Entretanto, os elementos de reflexão presentes em cada tema e o *encaminhamento* dado à discussão permitiram-nos avaliar se a problematização das questões ocorre ou não, em função de uma realidade econômica-política-social mais ampla e de suas implicações a nível dos fenômenos de seletividade social.

Na medida do possível, apresentamos os textos sobre cada tema focalizado tendo em vista a presença ou não desses critérios na análise das questões relativas ao vestibular. Apesar dos limites decorrentes da natureza do material analisado, este recorte se impõe para nós como uma exigência daquilo que consideramos ser uma aproximação do conceito de totalidade onde circunscrevemos o acesso à universidade.

## 1. O APERFEIÇOAMENTO DO CONCURSO VESTIBULAR

Mais da metade dos textos examinados tem, implícita ou explicitamente, a preocupação com o aperfeiçoamento do concurso vestibular, com a racionalidade do processo. Ou seja, partem da concepção de que o vestibular é necessário. O vestibular tem fins seletivos do ponto de vista intelectual, tendo em vista a formação de profissionais altamente qualificados (Ribeiro Netto, 1970).

Comentando o artigo 21 de Lei da Reforma Universitária e os artigos 4º e 5º do Decreto-Lei 464/69, Waldir Chagas, como um dos seus legisladores, comenta que o artigo 21 seria um primeiro passo em direção à seleção baseada em aptidões e não em informações, à seleção unificada em termos de conteúdo e de execução de provas. O autor parte da idéia de que não é possível oferecer educação superior a todos. Cabe aperfeiçoar os métodos e técnicas de seleção (Chagas, 1970)<sup>6</sup>.

Na verdade, a Reforma que, oficialmente, se iniciou com a Lei 5540, de 11 de novembro de 1968, já vinha sendo preparada e mesmo implantada em experiências localizadas desde o início dos anos 60, como o CESCEM (Centro de Seleção a Escolas Médicas), criado em 1964, em São Paulo, com fins de "racionalização do acesso ao ensino superior".

Sua direção estava a cargo de um colegiado composto por representantes de todas as escolas que dele participassem. Era uma instituição independente das universidades e do Estado, que se mantinha mediante uma taxa. O CESCEM realizou, em 1965, para sete faculdades, seu primeiro vestibular com testes de múltipla escolha e uso do computador na aferição dos resultados, opções prévias, sucessivas, a serem atendidas conforme a classificação dos candidatos (Campovilla, 1965; Boletim CESCEM, 1969; FCC 1973).

A criação do CESCEM foi acompanhada de grande otimismo. Dentro de uma visão desenvolvimentista da educação, supostamente de seu poder de transformar a sociedade e do

---

<sup>6</sup> Artigo 21 da Lei nº 5540/68: "Parágrafo único: Dentro do prazo de três anos, a contar da vigência desta lei, o concurso vestibular será idêntico em seu conteúdo, para todos os cursos ou áreas afins, e unificado em sua execução, na mesma universidade ou federação de escolas ou no mesmo estabelecimento isolado de organização pluricurricular, de acordo com os estatutos e regimentos".

poder dos exames na transformação do sistema de ensino, esperava-se que o novo modelo de vestibular pudesse "revolucionar o ensino", transformar-se em uma avaliação global do ensino secundário. E mais, evitar a especialização precoce consoante o modelo tradicional dos exames vestibulares por faculdade e por curso, acompanhar a evolução do ensino de ciência, tornar inteiramente objetiva a apuração do grau de conhecimento do candidato, possibilitar a análise das provas com vistas ao seu constante e progressivo aperfeiçoamento, além de selecionar os candidatos mais qualificados (Korolkovas, 1966).

O CESCEM em São Paulo e no Rio de Janeiro a CICE (Comissão Inter-Escolar e Concurso de Habilitação das Escolas de Engenharia) e a comissão para unificação das carreiras médicas, criadas também em 1965, iniciam o processo de unificação do vestibular antecipando-se à criação das grandes instituições organizadoras dos concursos vestibulares, Fundação Carlos Chagas (1964), Cesgranrio (Centro de Seleção de Candidatos ao Ensino Superior do Grande Rio, 1971), mais tarde Fundação Cesgranrio (1973) e outras que são posteriores como a FUVEST (1977). Antecipando-se, também, ao Decreto-Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, que estimula a criação de organizações interinstitucionais para a execução do vestibular em âmbito regional<sup>7</sup>.

Essas instituições são avaliadas como não burocráticas (Ribeiro Netto, 1970), vantajosas para os alunos que, pagando apenas uma taxa, têm a possibilidade de concorrer em diversas faculdades (Bessa, 1975), "um sistema racionalizador de dupla maximização na alocação de recursos" (Lewin, 1975), útil aos professores de 2º grau, fornecendo-lhes análises técnicas das provas, artigos especializados (Oliveira, 1981), concorrendo para a democratização do ensino, por oferecer aos alunos o máximo de oportunidades (Ribeiro Netto, 1981).

Já, anteriormente, Ribeiro Netto salientara os méritos do sistema unificado. A adoção de aparato tecnológico que incorporava o sistema de unificação regional com opções sucessivas dos candidatos, o uso de provas objetivas de múltipla escolha, o exame abrangente de todas as disciplinas comuns do, então, curso médio, o critério classificatório, bem como as decorrentes inovações na logística da aplicação das provas e sua correção mecanizada, representaram, sem dúvida, inegável racionalização do trabalho de seleção de novos alunos para os cursos superiores, aumentando substancialmente a eficiência do processo pela redução dos custos sociais de operação e pelo aprimoramento da qualidade da seleção realizada" (Ribeiro Netto, 1978:49).

O mesmo artigo faz a crítica da volta à redação e às questões discursivas (de fato reintroduzidas no sistema vestibular a partir de 1977, com o Decreto-Lei nº 79.298/77). O vestibular em duas etapas (1976), as provas de habilidades específicas (1976), a substituição do critério classificatório pelo eliminatório, o número mínimo de acertos (1977) são outras tantas medidas técnicas destinadas ao aperfeiçoamento do vestibular para a execução das políticas de acesso ao ensino superior.

Outros aspectos apontados como positivos que se aplicam, de modo geral, ao modelo do vestibular unificado: a adoção de programas mais abrangentes, incluindo outras disciplinas além daquelas que antigamente eram adotadas para cada curso, diretriz que está em processo de revisão, desde 1979, com a introdução das questões discursivas sobre conhecimentos específicos para diferentes carreiras (Fundação Cesgranrio, 1983:40); a concentração de recursos materiais e humanos, permitida pela centralização do processo; o aperfeiçoamento técnico da seleção através de uso de pessoal altamente qualificado; a possibilidade de pesquisa sócio-econômica-educacional sobre a situação dos candidatos gerando informações úteis em vários níveis (Oliveira, 1981: 208).

Questões correlatas a estas são abordadas por aqueles que se preocupam com o aprimoramento da função seletiva do vestibular. Da Reforma Universitária, espera-se que possa

---

<sup>7</sup> Posteriormente, estas entidades ampliaram sua área de atuação, organizando os concursos vestibulares e outros concursos públicos, em colaboração com instituições de ensino superior de outros Estados (Chassot et al., 1976; FCC, 1977; Fundação Cesgranrio, 1983).

trazer progresso técnico e científico, apesar do "fato de ter sido decretada por um governo conservador" (Machado Netto, 1970:215). Observamos, ainda, no final dos anos 70, a permanência de um discurso do início da década, recomendando a adequação da oferta de profissionais às necessidades do mercado de trabalho, o princípio da igualdade de oportunidades educacionais, o princípio da excelência, a adequação do vestibular aos objetivos específicos das instituições, cursos-filtro a fim de garantir o desenvolvimento de uma elite de inteligência. . . (Santos Filho, 1979). Enquanto outros, anteriormente, já haviam feito a crítica ao vestibular no sentido de sua ineficiência, alertando que a seleção do vestibular é sócio-econômica e não garante a escolha de bons profissionais (Hamburger, 1970).

A maior parte desses autores pertence às próprias instituições organizadoras do vestibular. Alguns, em bem menor proporção, tecem críticas ao sistema global do vestibular e, de certa forma, também ao papel das instituições: o vestibular, tal como é realizado, não serve para avaliar se os jovens têm ou não aptidão para as carreiras; o vestibular não avalia adequadamente o nível de conhecimento dos candidatos; as modificações introduzidas no vestibular não têm qualquer influência sobre a qualidade do ensino de 2º grau, mesmo porque não é sua função (Whitaker, 1981:206).

Mas a crítica mais contundente refere-se aos resultados do vestibular FUVEST de 1980, cujos critérios eliminatórios provocaram a sobra de 1.400 vagas e revelariam as seguintes "intenções políticas": impedir a distribuição dos candidatos excedentes dos cursos de mais procura pelos de menos procura (Ciência Humanas, por exemplo); eliminar candidatos a pretexto de melhorar a qualidade do ensino, provocando, desta forma, artificialmente, o fenômeno das vagas ociosas; criar condições para a supressão dessas vagas e conseqüente fechamento de cursos nas três universidades paulistas integrantes do sistema vestibular da FUVEST; canalizar, para as faculdades particulares, tais pretendentes às vagas ociosas, o que ajudaria a resolver a crise da escola particular (Idem: 206).

## 2. O problema das vagas

Nos anos 60 e 70, o problema das vagas na universidade é uma questão crucial. Trata-se, primeiro, da falta de vagas que gerou a questão dos "excedentes". Depois, a preocupação é com o aumento de vagas e os critérios de sua expansão. No final dos anos 70 e começo de 80 a questão das vagas reaparece, mas aí com outro sentido. Trata-se da queda de demanda ao ensino superior e da não ocupação das vagas ociosas.

No primeiro momento, a seletividade efetuada pelo vestibular é vista como "um sintoma óbvio, gritante, do desajuste de nosso sistema de ensino". É necessário aumentar-se o número de vagas nas universidades através da ampliação das universidades existentes e da criação de novas, porque o desenvolvimento nacional precisa de mais profissionais (Hamburger, 1970). Análises sobre oferta e procura de vagas em certas áreas e carreiras servem para justificar os exames unificados, mostrar como a seleção baseada em "grandes áreas do conhecimento representa um aperfeiçoamento" (Boletim CEECEM, 1967 e 1969).

Dentro de uma visão instrumentalista da educação para o desenvolvimento econômico, coloca-se o problema de uma política de vagas na universidade a partir de duas questões: uma delas é o aspecto quantitativo onde se consideram os condicionamentos da oferta e demanda e o rendimento interno da universidade; a outra, é o papel da universidade e a adequação de sua estrutura ao mercado de trabalho. Além disso, o crescimento da demanda determinou uma queda de rendimento interno da universidade, de uma lado pela escassez de professores qualificados; de outro, pelas deficiências apresentadas pelos alunos (Fonseca, 1970:219).

Essa visão se alterna com a daqueles que, já anteriormente, expressavam suas críticas à "crise dos excedentes" e aos problemas da expansão do ensino como um todo. O Parecer nº 209/67 da Câmara de Planejamento do Conselho Federal de Educação formula critérios para análise de pedidos de autorização de funcionamento de escolas superiores. Faz um diagnóstico de situação e conclui que aumentar o número de escolas não é solução para o problema. Propõe critérios para que seja feita a expansão da rede atendendo à "aguda necessidade



de se facilitar o acesso ao ensino superior de todos os brasileiros que estejam em condições de a ele ascender". Para tanto é necessário também alargar as oportunidades no ensino médio e no primário (Mendes: 1967).

O problema dos excedentes deve ser encarado como um dos pontos de estrangulamento do sistema universitário. É preciso compreendê-lo a partir de suas causas.

Os autores do mesmo Parecer defendem que a causa do problema não está na falta de escolas e apresentam dados estatísticos em favor desse argumento. Alertam para o risco da criação de novas escolas como válvulas de escape.

Propõem que devem ser fixados critérios e padrões de avaliação da capacidade das universidades e escolas; a expansão das universidades existentes como primeira providência; a consolidação da rede de universidades públicas (as escolas novas retirariam recursos das existentes); a adoção de uma nova escala de recursos para a educação; o amparo oficial deverá ser dado às instituições de iniciativa privada que atendam às exigências de alto padrão e de integração na política de desenvolvimento nacional. E, ainda, recolocam a questão da qualidade de ensino, enfatizando que a criação de uma boa escola superior significa um esforço preparatório longo, sobretudo quanto à preparação de professores.<sup>8</sup>

Como sabemos, a história caminhou na direção oposta a algumas recomendações fundamentais aí expostas. Mas os problemas de ajuste/desajuste entre a oferta e a demanda de vagas no ensino superior continuaram a ser objeto da ação governamental e de preocupação no mundo acadêmico.

No sentido de levar adiante reflexões mais críticas ao conjunto das condições que envolvem o problema de vagas na universidade e a questão dos concursos vestibulares, destaca-se o trabalho de Helena Lewin. A pesquisa foi realizada em meados dos anos 70, na Fundação Cesgranrio, com dados relativos aos concursos vestibulares por ela realizados. Não obstante o uso de técnicas estatísticas sofisticadas — que muitos utilizaram excluindo uma visão mais abrangente dos problemas sociais —, a pesquisa levada a termo com fins de análise da atuação da Fundação Cesgranrio no processo de incorporação dos candidatos ao ensino superior, na área do Grande Rio, tem características de seriedade e postura crítica.

É um trabalho extenso, em quatro documentos, dos quais destacamos algumas conclusões de interesse para a questão do acesso ao ensino superior. A interação dos fatores sócio-econômicos e do *background* educacional separa os candidatos em duas vertentes: os que chegam à universidade com condições prévias de sucesso ou de insucesso. Os primeiros, em minoria, detêm as maiores probabilidades de classificação, qualquer que seja a taxa de absorção, isto é, a relação vaga/candidato. Os segundos vêem suas chances oscilar em função dessa relação. Portanto, as oportunidades de acesso à universidade estão cristalizadas e, em média, definidas na origem sócio-econômica do candidato (Lewin, 1975; Ribeiro, 1977)<sup>9</sup>.

Em conseqüência, os que chegam a ser candidatos, acumulando dificuldades, têm suas chances de classificação condicionadas, em parte, pela oscilação da taxa de absorção. Neste sentido, estes últimos ficam à mercê de decisões políticas quanto à abertura de vagas:

*"Como as vagas administradas pela Cesgranrio envolvem entidades públicas e privadas — as primeiras gratuitas — os candidatos em situação prévia de sucesso vêem atendidas todas as suas pretensões; os demais, mais uma vez, ficam à mercê de situações estranhas à sua própria preparação (. . .)"* (Lewin, 1975:208).

Alguns autores mantêm-se em torno de uma visão técnica para o equacionamento do problema das vagas na universidade, a seleção operada pelo vestibular e seu aperfeiçoamento.

Segundo Ribeiro Netto, *"as condições impostas por características de educação brasileira, entre outras, a tradicional aspiração por formação de nível superior,*

<sup>8</sup> Parecer 209/67 da Câmara de Planejamento do Conselho Federal de Educação. Além de Relator, assinam: Clóvis Salgado (Presidente), Pe. José de Vasconcellos, Anísio Teixeira, Raymundo M. de Aragão e Edson Franco.

<sup>9</sup> Para análise crítica do tratamento estatístico dos fenômenos educacionais, ver Nunes, C. — *Relações do Vestibular com o Sistema de Ensino*, no presente número de *Educação e Seleção*.

*concentração de interesse em algumas carreiras, levaram à existência de um número maior de candidatos do que de vagas. Foi necessário recorrer a um processo de seleção que oferecesse critérios racionais para o preenchimento das vagas, segundo a concepção meritória da sociedade" (...)* (Ribeiro Netto, 1978:49).

Prosseguindo nessa linha de pensamento, parece inesgotável o arsenal de recursos técnicos para a solução dos "dilemas de acesso ao ensino superior", que foram objeto de três seminários nos anos 79 e 80, promovidos, um pela Fundação Carlos Chagas e dois outros pelo CRUB/SESu-MEC/PUC-RJ.<sup>10</sup>

Os mecanismos de seleção dos concursos vestibulares, em constante aprimoramento, não se esgotam no cumprimento de sua reconhecida função técnica. Conforme salientamos na seção anterior, eles servem aos objetivos de uma política de vagas, de expansão ou de contenção do acesso ao ensino superior. Segundo Cunha,

*"esse movimento pendular de abertura/fechamento ou de expansão/contenção tem seu motor nas contradições entre a função do sistema de ensino (do superior, em particular) de discriminação e a sua imagem (ideológica) de mecanismo de ascensão social, de redistribuição de renda"* (Cunha, 1977).

Assistimos, nos últimos anos, a mudanças significativas também no comportamento da população que busca um diploma de nível superior. O ano de 1980 completaria a série intervalar de um período de oscilações na atividade econômica, tendendo ao agravamento das condições recessivas.<sup>11</sup> O agravamento da crise se fez acompanhar por uma retração na demanda por profissionais de nível superior, em desemprego e subemprego (Velloso e Bastos, 1984) e queda de demanda de vagas no ensino superior.

Dados numéricos da Fundação Cesgranrio indicam a queda de inscritos no vestibular: 132 mil candidatos em 1980, 128 mil em 1981 e menos de 118 mil em 1982 (Boletim Cesgranrio, 1981b). A mesma publicação observa que esse fenômeno foi registrado em todos os grandes vestibulares do país. Dados recentes da Fundação Cesgranrio anunciam que o "vestibular teve 21% de vagas não preenchidas e reabre inscrição". "A principal causa para o número de vagas não preenchidas — todas de instituições particulares — é, segundo a Cesgranrio, a dificuldade das famílias dos estudantes pagarem as anuidades" (*Jornal do Brasil*, 4a. feira 13.02.1985).

A recessão e o conseqüente desemprego, o custo crescente das anuidades nas instituições privadas de ensino superior, fizeram crescer a suspeita de que o curso universitário é um investimento de retorno duvidoso. Além disso, a introdução do limite de acertos (30% do total das questões objetivas em 1981), juntamente com a inclusão de questões discursivas, fizeram com que os candidatos "aventureiros", que esperavam valer-se da sorte para passar no vestibular, diminuíssem de número (Fundação Cesgranrio, 1981 b).

Neste momento, as instituições organizadoras do vestibular procuram repensar o processo de admissão e as principais contradições em que se baseiam universidades e instituições para a organização do concurso vestibular:

*"o egresso de 2º grau, legalmente habilitado para prosseguir seus estudos em nível superior, é considerado em princípio suspeito de inabilitação"; "os dispostivos contidos em lei e em decreto, regulares do ingresso no ensino de 3º grau, estabeleceram, inicialmente, o sistema classificatório para a seleção dos novos alunos e, presentemente, temos um sistema híbrido, habilitatório/classificatório"; "a política educacional proclama a igualdade de oportunidades aos que pretendem educar-se, dentro dos limites dos recursos disponíveis, e a regulamentação vigente pode resultar na não ocupação de vagas em inúmeros cursos instalados cujos recursos humanos e materiais permanecerão, anti-economicamente, ociosos"* (Ribeiro Netto, 1981:4).

<sup>10</sup> Ver *Educação e Seleção*, nºs. 1 e 2.

<sup>11</sup> A variação anual do índice de produto real no período foi de seu ponto mais alto, 13,6 em 1977 a 7,2 em 1980; -1,6 em 1981; 0,9 em 1982 e -3,2 em 1983. Dados da Fundação IBGE. *Conjuntura*. Análise de Atualidade Econômica. Rio de Janeiro (6):69, junho de 1984.

O autor explicita ainda duas linhas de ação possíveis: a “correção de rumos” ou modificações profundas no vestibular. No primeiro caso, trata-se de manter as provas objetivas e o vestibular classificatório unificado. Ele se manifesta contrário ao sistema eliminatório já que o mínimo de conhecimentos será sempre “um valor arbitrado, fantasiado com roupagens de precisão e exatidão” (Idem: 4).

Quanto à possibilidade de introdução de alterações profundas no vestibular, Ribeiro Netto sugere um exame de saída do 2º grau — à semelhança do “school leaving examination”, do “abitur” ou do “baccalauréat” (Idem: 8). A mesma proposta de um exame conclusivo já fora apresentada pelo autor anos antes em um encontro internacional (Ribeiro Netto, 1977). A questão sugere que estão em elaboração novas (ou antigas) medidas de controle do acesso ao ensino superior.<sup>12</sup>

Assim como nos anos 70 tentou-se conter o aumento da demanda de vagas ao ensino superior através da profissionalização compulsória e do caráter terminal do segundo grau ou através dos cursos de curta duração (como a Engenharia Operacional, anos depois extinta), outras medidas “reguladoras” parecem estar em cogitação. É o caso da gratuidade *versus* ensino (público) pago dos estudos pós-secundários, da avaliação cumulativa, da volta ao ensino médio com objetivos próprios, da supressão da prova de língua estrangeira, da recuperação do caráter humanista do 1º e 2º Graus. . .

O tema da gratuidade/ensino pago foi abordado em uma reunião do CRUB em 1980. Pe. Vasconcellos, invocando a Constituição, defende a gratuidade de ensino apenas àqueles que “demonstrarem efetivo aproveitamento e provarem falta ou insuficiência de recursos” (Vasconcellos, 1980:48). Tratando da questão do acesso ao ensino superior e do fenômeno das vagas ociosas, em São Paulo, Whitaker observa que:

*“tudo isso, a médio prazo, deverá servir de justificativa à implantação do ensino pago em nosso Estado (. . .) Se hoje apenas 6% das vagas do ensino superior são gratuitas, sua redução para 3% ou 4% dará a justificativa definitiva que o governo estadual deseja para tomar as medidas já projetadas a esse respeito” (Whitaker, 1981).*

Debates recentes, com a participação de figuras destacadas dos órgãos do governo, das instituições de ensino superior e das entidades organizadoras do vestibular, parecem indicar que o reexame da questão das vagas no ensino superior e outras que lhe são correlatas não se esgota na preocupação acadêmica, mas, possivelmente, encaminha novas reformulações da política de acesso às universidades.

No debate promovido pela *Folha de São Paulo (Qual o X do vestibular?)*, dias 4 e 5 de fevereiro de 1985, o Presidente da Fundação Cesgranrio, Serpa de Oliveira, declarou-se “contrário à universidade gratuita para todos, no sentido de que se esquece que 80% dos estudantes se perdem durante a carreira escolar e não chegam ao curso superior” *Folha de São Paulo*, dom. 10.02.1985).

Quanto aos “cursos pós-secundários, não universitários, com caráter transitório, associados a uma comunidade e seu mercado de trabalho”, eles constam das “Recomendações e Conclusões do Seminário sobre o Acesso ao Ensino Superior”, realizado em Brasília, em 1980 (Comissão, 1980). Serpa de Oliveira trata-os como uma “alternativas de formação profissional” que leve “às carreiras técnicas intermediárias indispensáveis à fixação do *know-how* nacional e que, devidamente protegidos por normas que regulem o exercício profissional e a privacidade da ocupação de cargos e posições na empresa brasileira, proporcione remuneração condigna capaz de elevar o *status* social daqueles que as abracem (Oliveira, 1981:90).

<sup>12</sup> A expressão “exame de saída” é também usada em outro contexto, ou seja, para designar os antigos “exames preparatórios” do tempo do Império e da primeira república (Sousa, 1975: 72-3). No entanto, não há consenso no uso da primeira expressão. Luís Antonio Cunha refere-se apenas a “exames preparatórios”, considerando seu sentido de permitir o ingresso em uma escola superior (Cunha, 1980:112-6).

Essas propostas ressentem-se de considerações mais críticas sobre a estrutura econômica-política e social em que são gerados os problemas mencionados. As diferentes mudanças, introduzidas tanto a nível dos concursos vestibulares como dos sistemas de ensino, não modificam substancialmente as condições extremas de desigualdade social e a aspiração muitas vezes equivocada de superá-la através de uma escolarização de meia qualidade que é oferecida à maior parte da população.

Há, também, indicações de uma revalorização (ou reelitização) do ensino médio. No mesmo debate organizado pela *Folha*, defendeu-se a "avaliação cumulativa como novo recurso de seleção, talvez nos moldes do sistema americano e de alguns países europeus:

*"A avaliação do candidato durante todo o 2º grau, e não durante uma determinada hora, permitirá que se tenha um perfil um pouco mais razoável do estudante"* (José Carlos de Azevedo, *Folha de São Paulo*, dom. 10.02.85:30).

O Reitor da UnB defendeu também a importância "de ter cultura geral e não conhecimento especializado" e que "se recupere o caráter humanista do 1º e 2º graus".

Sobre a idéia do ingresso na universidade com base no rendimento obtido nos níveis escolares anteriores, o prof. Roberto Srouf, do Curso Objetivo, foi de opinião que "haveria uma classificação dos alunos que permitiria chegarmos a uma situação em que os melhores alunos teriam direito de se candidatarem às melhores faculdades" (*Folha de São Paulo*, Idem: 30). Paulo de Tarso dos Santos (Ex-Ministro e Ex-Secretário de Educação) defendeu a supressão gradativa do vestibular e sua substituição por um "método de seleção baseado num certificado oficial de vida escolar" (Idem). Como podemos ver, muitas são ainda as "alternativas" de contenção/liberação do privilégio de um diploma de nível superior.

### 3. O tema da "democratização"

O tema da democratização assume diferentes feições nos trabalhos por nós revistos. Fala-se em democratização do ensino, democratização de oportunidades, democratização de vagas, democratização de carreiras. Democratização é, nos diferentes textos examinados, uma idéia que tem em comum o fato de opor um momento da história em que, no Brasil, a educação é um atributo das elites a um outro em que o acesso à escola começa a ser uma aspiração de muitos, das demais camadas sociais. A tendência observada é tratar o tema da democratização do ensino superior antes como uma questão de meios do que como um problema de fins, o que seria mais justo face à sociedade extremamente desigual em que ocorre a disputa por vagas na universidade.

Tentaremos reconstruir, de acordo com as fontes por nós examinadas, como a questão é enfocada pelos diferentes autores, em momentos vários da vida nacional. Como nas seções anteriores, incluímos neste levantamento de textos, sobre a questão do acesso à universidade, alguns que são imediatamente anteriores à decretação oficial da Reforma Universitária em 1968.

No primeiro dos artigos examinados, a questão se coloca do ponto de vista do vestibular como "instrumento de discriminação", mostrando como iniciativas como o CEECEM, em São Paulo, não transformaram a educação em um bem ao alcance de todos, apesar de terem valor como inovação.

É interessante notar a crença implícita de que "a ampliação de oportunidades educacionais até os limites possíveis" levaria a "uma real formação das elites", tal como preconizavam os educadores dos anos 20 e 30. Segundo o autor, tal, entretanto, não se dá, tendo o vestibular se transformado em instrumento de discriminação

*"devido à carência de escolas superiores e à forma como vem sendo executado, responsável inclusive pelo desvirtuamento do pressuposto básico de que a educação não deve ser privilégio de uma minoria, mas um bem ao alcance de todos, dentro de uma sociedade democrática"* (Campovilla, 1965:137).

É a mesma idéia exposta por Trigueiro Mendes, como vimos anteriormente, ao propor

critérios para a expansão de rede pública em todos os níveis e, especialmente, expansão e consolidação das universidades existentes (Mendes, 1967:167).

Outra é a postura da autora que condiciona a expansão do sistema educacional, o ensino superior em particular, “à adequação entre oportunidades educacionais e necessidade social de qualificações”. Trata-se da universidade corresponder ao que se espera dela: fornecer “recursos humanos de alto nível e efetiva participação no esforço do estabelecimento e explicitação de uma política integrada de desenvolvimento de âmbito nacional” (Fonseca, 1970).

É o discurso que presidiu as reformas do ensino superior (1968) e do ensino médio (1971), conforme o modelo de desenvolvimento econômico implantado no país no período pós-64. Assim se justificou a grande expansão do ensino superior nos anos 70, sob o argumento de que:

*“o desenvolvimento nacional exige um número muito grande de profissionais de todos os tipos” e “em todas as profissões há carência de pessoal bem treinado”* (Hamburger, 1970).

A idéia de democratização, no âmbito de interesses nacionais definidos pelo Estado, adquire foros específicos quando se trata de legitimar mecanismos de seleção para o ensino superior como o vestibular classificatório, por oposição ao eliminatório (Ribeiro Neto, 1981:5).

Uma visão mais crítica e mais consistente da questão é dada pelas análises da posição social das carreiras. O artigo é parte de um trabalho de pesquisa que pretende ser uma análise das alterações do tipo de clientela que tem acesso à universidade e da ocorrência de uma reelitização interna por carreira e por instituição. Os autores enfocam a reestruturação socialmente elitizante entre as carreiras e instituições de ensino superior provocada como compensação social, pelo desequilíbrio no sistema de ensino superior causado pela rapidíssima expansão de vagas no início da década de 70 (Ribeiro e Klein, 1982).

Um último trabalho discute o exame vestibular tendo em vista o papel que lhe imprime o estado capitalista em seu processo de legitimação. O autor tem em vista destacar os aspectos distorcidos do exame vestibular, demonstrar as contradições na chamada pré-seleção, no caráter discriminatório da seleção e na democratização do ensino superior.

A idéia fundamental é de que o vestibular é o lugar onde afloram as contradições de um sistema que procura se legitimar pela idéia liberal de que a “educação para todos” corresponde à democracia social e econômica.

Segundo o autor, os estudos tradicionais do vestibular concentram suas análises na filiação que se exerce através do mecanismo escola pública e escola particular (uma terminal e profissionalizante, a outra, propedêutica, voltada para a continuidade dos estudos), mecanismo de seleção dos mais aptos ao ensino superior. “A justificativa que se apresenta obedece a um critério de eficiência econômica, onde os recursos da sociedade devem ser maximizados para se obterem maiores benefícios sociais e individuais”.

Mas o Estado, na sua função legitimadora, não pode se guiar exclusivamente pelo critério de eficiência econômica, ele propugna um modelo igualitário de educação. Por isso, as medidas tomadas para a promoção dessa igualdade é contraditória, elas servem à função legitimadora e, ao mesmo tempo, ambivalentemente, não conferem os mecanismos reais de superação das disparidades sociais encontradas no sistema (Gracelli, 1983).

## C – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que conclusões, o que temos a apresentar ao final deste texto sobre a questão do acesso à universidade, natureza e função do vestibular são as idéias principais que depreendemos dos textos examinados e sua relação com os próximos capítulos deste trabalho. A primeira dessas idéias, já expressa no título desta exposição, é o caráter político que têm os problemas relacionados com o acesso à universidade. Como em outros países do Ocidente, no Brasil, o acesso à universidade e o diploma de nível superior é uma aspiração tradicionalmente enraizada na população, tendo em vista os privilégios que assegura.

Nas duas últimas décadas, por motivos de ordem econômica-política-social e cultural, a demanda por esse nível de instrução alcançou níveis explosivos. Isso coincidiu com um momento em que afluíam com vigor as contradições de um sistema que houve por bem buscar sua legitimação através da expansão quantitativa das oportunidades educacionais.

Dentro dessa estratégia política, impôs-se a busca de soluções teórico-metodológicas e de procedimentos técnicos aperfeiçoados para fazer face à necessidade de seleção de grandes contingentes de postulante a uma vaga nas instituições de nível superior. Instituiu-se o vestibular único nos conteúdos, unificado e classificatório na sua forma de realização, o que por sua vez gerou novos problemas, novas discussões e reformulações tanto a nível legal como a nível da sistemática dos concursos.

Durante o período coberto pela pesquisa, aproximadamente 15 anos, na literatura produzida sobre a questão do vestibular, pudemos identificar alguns temas mais específicos à própria questão do acesso e outros de uma abrangência maior, envolvendo os aspectos econômico-políticos e de seletividade social que permeiam todo o sistema educacional.

Entre os primeiros temas, estão a busca do aprimoramento dos processos de seleção dos concursos vestibulares, o problema das vagas e a questão da democratização das oportunidades educacionais, de que tratamos neste capítulo. Entre as questões mais abrangentes, estão os aspectos histórico-legais da evolução dos concursos vestibulares, os problemas de avaliação evidenciados através dos testes e provas e suas repercussões nos demais níveis de ensino, temas que constituem os próximos ensaios deste número de *Educação e Seleção*.

Em síntese, não obstante o tratamento restrito que muitas vezes a questão do vestibular tem merecido, sua problemática não se esgota em mecanismos de distribuição de vagas, nem mesmo no aperfeiçoamento desse processo. O vestibular é necessário não no sentido de ser condição intrínseca ao acesso ao ensino superior, mas no sentido de uma construção histórica imposta pela sociedade em que vivemos, como prática de seletividade social. A democratização das oportunidades educacionais se relaciona com a democratização dos demais setores da vida social. No entanto, o que se observa, no momento atual, é, primeiro, a preocupação das instituições em preencher todas as vagas – principalmente as que estão em instituições privadas. Segundo, mantém-se viva a tendência a aperfeiçoar ainda mais os mecanismos de seleção, de introduzir fórmulas inovadoras e promover, certamente, uma reelitização do ensino superior.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Perseo (1976) A articulação do 2º com o 3º grau: exame de algumas questões preliminares. In: NAGLE, Jorge. *Educação Brasileira (questões da atualidade)*. São Paulo, EDART.
- ABREU, Jayme (1964) Sobre um problema em pauta: preparação e ingresso de candidatos a cursos superiores. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, 42 (95): 85-104, jul/set.
- ABU-MERHY, Nair Fortes. (1963) O vestibular e a lei. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, 39 (90): 233-9, abr/jun.
- ANDES. (1984) *O público e o privado. O poder e o saber*. Rio de Janeiro, Marco Zero.
- AZEVEDO, Fernando de. (1963) *A cultura brasileira*. 4a. ed., Brasília, Editora UnB.
- BESSA, Nícia M. (1975) *University entrance examinations in Brazil: measurement procedures*. Presented at the Symposium of measurement procedures employed by various countries in the selection of college students. The annual meeting of AERA. Washington, D.C. March 31 – April 3.
- BRANDÃO, Zaia; BAETA, Anna M. B. e DUTRA, Any C. da R. (1983). *Evasão e repetência no Brasil: a escola em questão*. Rio de Janeiro, Achiamé.
- BRASIL. SESu/MEC. (1980) A evolução da oferta de vagas e de inscrição nos exames vesti-

- bulares 1970-1979. *Boletim Informativo SESu*, Brasília, jul.
- CAMPOVILLA, Maurice. (1965) Raio x dos vestibulares. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, 43 (97): 136-141, jan/mar.
- CARDOSO, Miriam L. (1976) O mito do método. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, XXV: 61-100.
- \_\_\_\_\_. (1977) *La construcción de conocimientos*. Cuestiones de teoría y método. México, Era.
- \_\_\_\_\_. (1981) Universidade e estrutura de poder. *ESPAÇO Cadernos de Cultura USU*, Rio de Janeiro, 3 (3): 29-44.
- CASTRO, Cláudio de M. (1981) Sua excelência, o vestibular. *Educação e Seleção*. F.C.C., São Paulo, (3): 3-16, jul.
- CASTRO, C. de M. e Ribeiro S.C. (1979) Desigualdade social e acesso à universidade. *Forum Educacional*, Rio de Janeiro, 3 (4): 3-23, out/dez.
- CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS. (1966) Características sócio-econômicas do estudante universitário. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, 46 (104): 382-400, out/dez.
- CHAGAS, Valnir (1963 a) Admissão à Universidade e a Lei de Diretrizes e Bases. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, 37 (85): 8-19, jan/mar.
- \_\_\_\_\_. (1963 b) Admissão à Universidade: análise de um projeto. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, 40 (92): 46-51, out/dez.
- \_\_\_\_\_. (1970) A seleção e o vestibular na reforma universitária. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 53 (118): 292-311, abr/jun.
- \_\_\_\_\_. O vestibular e o ensino de 1ª e 2ª graus. *Educação Brasileira*. CRUB. Brasília, II, (5): 191-205, 2º sem.
- CHASSOT, Ático et al. (1976) Análise de desempenho em provas de Química e Física. COPERSO-UFRS/FFC.
- CUNHA, Luiz A. (1975) A expansão do ensino superior: causas e conseqüências. *Debate e Crítica*. Revista Quadrimestral de Ciências Sociais. (5): 28-31, mar.
- \_\_\_\_\_. (1977) Vestibular: a volta do pêndulo. In: *Exame crítico dos concursos vestibulares*. 29a. Reunião Anual da SBPC, São Paulo, Fundação Cesgranrio, p. 5-12.
- \_\_\_\_\_. (1979) Política educacional: contenção e liberação. In: *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. 4a. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- \_\_\_\_\_. (1980) *A universidade temporã*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/UFC.
- FONSECA, Maria Alice de A. Política para o estabelecimento do número de vagas na universidade e demanda social. *Ciência e Cultura*, São Paulo, 22 (3): 218-22, set.
- FARR, Régis. (1984 a) Vestibulandos: redação mostra visão conservadora. In: *O fracasso do ensino*. Rio de Janeiro, CODECRI.
- \_\_\_\_\_. (1984 b) Vestibular é minhoca na cabeça. In: *O fracasso do ensino*. Rio de Janeiro, CODECRI.
- FRANCO, M. Aparecida C. (1984) *A questão da teoria em pesquisa em educação ou o tortuoso caminho do conhecimento*. Rio de Janeiro, PUC-RJ, Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas (Educação) Mimeo.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (1980) *O exame vestibular no conjunto das práticas de seletividade social: questões metodológicas preliminares*. Rio de Janeiro, Fundação Cesgranrio. Documento preliminar. Mimeo.
- FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. (1973) Seleção para Universidade e pesquisa para a educação. São Paulo. F.C.C.
- \_\_\_\_\_. (1977) Candidatos ao vestibular da Universidade do Amazonas. São Paulo, F.C.C.
- \_\_\_\_\_. Subsídios para o estudo sobre vagas no Ensino Médico no Estado de São Paulo. *Boletim CESCEM* (2), São Paulo, Fundação Carlos Chagas.
- \_\_\_\_\_. As opções dos candidatos do CESCEM (I). *Boletim CESCEM* (5), São Paulo, Fundação Carlos Chagas.

- \_\_\_\_\_. O crescimento do CEEC. *Boletim CEEC* (4), São Paulo, Fundação Carlos Chagas.
- FUNDAÇÃO CESGRANRIO (1981 a) Questionário Sócio-cultural revela como escolher carreira. *Boletim Cesgranrio* (7) Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. (1981 b) Vestibular-82 confirma tendência de redução do número de inscritos. *Boletim Cesgranrio*. II (9), Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. (1983) 10 anos de trabalho na educação. Rio de Janeiro, Fundação Cesgranrio.
- GRACELLI, Ademir (1983) O processo de seleção na universidade brasileira: colocação do problema. *Educação e Seleção*, São Paulo, (8): 28-34, jul/dez.
- GOUVEIA, Aparecida J. (1968) Democratização do ensino superior. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, 50 (112): 232-244, out/dez.
- \_\_\_\_\_. (1971) A pesquisa educacional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, (1), julho.
- HAMBURGER, Ernest W. (1970) O exame vestibular e o sistema de ensino. *Ciência e Cultura*, São Paulo, 22 (3): 223-228, setembro.
- KLEIN, Rubem e Ribeiro, Sérgio C. (1982). A estrutura das notas dos classificados no vestibular Cesgranrio e algumas de suas implicações. *Atas do 4º Simpósio Nacional de Probabilidade Estatística*. Rio de Janeiro, IMPA. p. 91-103.
- KOROLKOVAS, Andrejus. (1966) CEEC revoluciona ensino. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, 45 (101): 165-70, jan/mar.
- KOSIK, Karel. (1976). *Dialética do Concreto*. 2a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- JORNAL DO BRASIL (1985) Vestibular teve 21% de vagas não preenchidas e reabre inscrições hoje. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4a. feira, 13 de fevereiro.
- LEWIN, Helena et al. (1975) *Análise do processo de incorporação ao ensino superior na área do Grande Rio*. Rio de Janeiro, Fundação Cesgranrio, Relatório de Pesquisa.
- LOWY, Michel. (1978) *Método didático e teoria política*. 2a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MACHADO NETTO, A.L. (1970) Função da universidade na atual sociedade brasileira. *Ciência e Cultura*, São Paulo, 22 (3): 214-17, set.
- MAGALHÃES, João B. (1985) Todos querem um vestibular mais justo e eficiente. Debate na Folha. *Folha de São Paulo*, São Paulo, dom., 10 de fevereiro.
- MELO, Guiomar N. de. (1981) As condições intra-escolares na determinação da seletividade do ensino de 1º grau: um problema de pesquisa. In: GOLDBERG, Maria Amélia et al. *Seletividade sócio-econômica no ensino de 1º grau*. Rio de Janeiro, ANPED/CNPq.
- MENDES, Cândido e CASTRO, Cláudio de M. (1984). *Qualidade, expansão e financiamento do ensino superior privado*. Rio de Janeiro, ABM/Educam.
- MENDES, Durmeval T. (1967) O problema dos excedentes e a reforma universitária. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, 48 (107): 163-8, jul/set.
- \_\_\_\_\_. (1983) Existe uma filosofia da educação brasileira? In: *Filosofia da educação brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MORHY, Lauro et al. (1984) A pré-opção múltipla no vestibular da Universidade de Brasília. *Educação e Seleção*, São Paulo, (9): 35-64, jan/jun.
- OLIVEIRA, Carlos A. S. de. (1981) O vestibular como instrumento de diagnóstico e de planejamento educacional. *Educação e Seleção*. São Paulo, (3): 85-92, jul.
- OLIVEIRA, Lólio L. de (1981) O vestibular como instrumento de política educacional. *ANAIS I Conferência Brasileira de Educação*. São Paulo, Cortez.
- PAIVA, Vanilda P. (1973) *Educação popular e educação de adultos*. Contribuição à história da educação brasileira. São Paulo, Loyola.
- \_\_\_\_\_. (1980) Estado, educação e sociedade. *Encontro com a civilização brasileira*, (22): 37-58.
- RIBEIRO, Sergio C. (1977) A influência do vestibular no ensino de 1º e 2º graus. In: SIMPÓSIO EXAME CRÍTICO DOS EXAMES VESTIBULARES. Rio de Janeiro, Fundação Cesgranrio, p. 22-25.



- \_\_\_\_\_ . (1982) – O Vestibular. *Em aberto*, 1 (3) : 1-6, fev.
- \_\_\_\_\_ . (1983) Quem vai para a universidade? *Ciência Hoje*, São Paulo, 1 (4): 50-55, jan/fev.
- \_\_\_\_\_ . e Klein. (1982) A divisão interna da universidade: posição social das carreiras. *Educação e Seleção*, São Paulo, (5): 29-43, jan/jun.
- RIBEIRO NETTO, Adolpho. (1970) A natureza do exame vestibular. *Ciência e Cultura*, São Paulo, 22 (3), set.
- \_\_\_\_\_ . (1976) Admission to higher education – Brazil. In: *Admission to higher education in sixteen countries and some international developments*. Mimeo.
- \_\_\_\_\_ . (1977) Some thoughts on school leaving examinations: implications if adopted in Brazil. In: *Criteria for awarding school leaving certificates*. An international discussion. Mimeo. mar.
- \_\_\_\_\_ . (1978) O vestibular no sistema educacional. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, (24): 47-52, mar.
- \_\_\_\_\_ . (1979) *Sobre o vestibular*. Comunicação ao Conselho Federal de Educação. Mimeo.
- \_\_\_\_\_ . (1981) Dualidade do ensino, avaliação do aprendizado e acesso à Universidade. *Educação e Seleção*, São Paulo, (3), jul.
- \_\_\_\_\_ . (1981) Nossa experiência em concurso vestibular. *Educação e Seleção*, São Paulo, (4): 3-10, jul/dez.
- \_\_\_\_\_ . (1981) Qualidade do ensino, avaliação do aprendizado e acesso à Universidade. *Educação e Seleção*, São Paulo, (3): 81-84, jul.
- SANTOS FILHO, José C. dos. (1979) Escopo da seletividade ao ensino superior. In: SEMINÁRIO SOBRE O VESTIBULAR – *Dilemas do acesso de ensino superior*. Rio de Janeiro, CRUB/SESu-MEC/PUC-RJ, 10-12/dez.
- SECRETARIA de Estado de Educação e Cultura-RJ. Conselho Estadual de Educação-RJ. Fundação Cesgranrio. (1979) *Reflexões sobre o acesso ao ensino superior*. Conselho Federal de Educação. Semana de Assuntos Universitários.
- SANTOS, Wladimir. (1980) O vestibular como forma de acesso ao ensino superior. *Educação Brasileira*, Brasília, II (5): 207-228, 2º sem.
- SEMINÁRIO SOBRE ACESSO À UNIVERSIDADE. (1980) Conclusões e Recomendações do Seminário sobre Acesso à Universidade. *Educação e Seleção*, São Paulo, (1): 135-142, jul.
- SEMINÁRIO SOBRE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR. (1981) Recomendações e conclusões do Seminário sobre Acesso ao Ensino Superior. *Educação e Seleção*, São Paulo, (3): 111-113, jul.
- SOLARI, Carmem L.B. de. (1984) A estratificação social e as oportunidades educacionais – o caso do vestibular. In: *Educação e desigualdade no Brasil*. Petrópolis, Vozes. p. 122-168.
- SOUSA, Edson M. de. (1978) Concurso Vestibular: análise da experiência brasileira. *Educação Brasileira*. CRUB, Brasília I (1): 69-107, jan/abr.
- TEIXEIRA, Anísio. (1968) Uma perspectiva de educação superior no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. 50 (111): 21-82, jul/set.
- TEIXEIRA, José G. (1978) *Notas no vestibular, nível sócio-cultural e tipo de preparo para o vestibular, em cursos de alta e baixa demanda na UFJF, em 1957*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado.
- VASCONCELLOS, Pe. José de. (1980) O acesso à universidade. *Educação Brasileira – CRUB*, II (4): 33-49, 1º sem.
- VELLOSO, Jacques R. e BASTOS, Vera L. (1984) Ensino superior subemprego; um estudo de caso em Brasília. In: MENDES, Cândido e CASTRO, Cláudio de M. *Qualidade, expansão e financiamento do ensino superior privado*. Rio de Janeiro, ABM/Educam, p. 129-156.

- VIANNA, Heraldo M. (1981) Seleção para a universidade: informe bibliográfico. *Educação e Seleção*, São Paulo, (3): 113-17, jan/jun.
- WEBER, Silke. (1980) Universidade, sinal fechado. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, (33): 3-28, maio.
- WHITAKER, Dulce C.A. (1981) O vestibular como instrumento de política educacional. *ANAIS*. I Conferência Brasileira de Educação. São Paulo, Cortez.